

1DATA: 31 de agosto de 2006. LOCAL: Auditório do Conselho de Gestão do Patrimônio  
2Genético, SCEN Lote 02, Ed. Sede do IBAMA, Bloco G, Brasília, DF. HORÁRIO: de  
39:00 às 18:00h. PARTICIPANTES: Presidente da mesa: Paulo Yoshio Kageyama,  
4representante suplente do Ministério do Meio Ambiente. Representantes: Ministério da  
5Ciência e Tecnologia, Ione Egler (titular); Ministério da Saúde, Angélica Rogério de  
6Miranda Pontes (titular); Ministério da Justiça, Patrícia Galdino de Faria Barros (titular)  
7e Vivian Anne Fraga (suplente); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,  
8Leontino Rezende Taveira (titular), Márcio Mazzaro (suplente) e Roberto Lorena de  
9Barros Santos (suplente); Ministério da Defesa, Carlos Edson Martins Silva (titular) e  
10Marcos Lourenço de Almeida (suplente); Ministério das Relações Exteriores, Bernardo  
11Paranhos Velloso (titular); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio  
12Exterior, Elisa de Ananias Fraga (titular) e José Carlos Cavalcanti de Araújo Filho  
13(suplente); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
14– IBAMA, Otávio Borges Maia (suplente); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
15– INPA, Lúcia Rapp Py-Daniel (titular) e Tereza Ávila Pires (suplente); Empresa  
16Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Simone Nunes Ferreira (suplente); Instituto  
17Evandro Chagas – IEC, Manoel do Carmo Pereira Soares (titular); Fundação Nacional  
18do Índio, Hilda Fajardo (titular); Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI,  
19Maria Hercília Paim (titular) e Maria Alice Castro Rodrigues (suplente). Convidados  
20Permanentes: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável –  
21CEBDS, Joaquim Machado (titular); Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica –  
22FEBRAFARMA, Nelson dos Santos Júnior (suplente); Associação Brasileira de  
23Organizações Não-Governamentais – ABONG, Fernando Mathias Baptista (titular).  
24Membros da Secretaria Executiva do Conselho: Eduardo Vélez Martin, Secretário-  
25Executivo, Cristina Azevedo, Fernanda Altoé Daltro, Diogo Brito, Fernanda Álvares  
26Silva, Mônica Negrão, Alessandro Garcia Gomes, Carla Lemos, Sonja Mayra Righetti,  
27Antônio Pamplona, Thomaz Miazaki de Toledo, Gabriel Cantanhede, Viviane Souza,  
28Camila Oliveira, João Francisco Barros, Alessandra Silva. Outros participantes:  
29CONJUR/MMA, Daniela Goulart; FUNAI, Tayana Wolner; IPHAN, Karla Adriana de  
30Aquino; CNPq, Elisa Madi; ABIN, Ricardo Queiroz e Miriam Potzeinheim; Natura,  
31Fernanda Ferraz, Luciana Martins e Andréa Derani; Patri Consultoria, Marcelo  
32Lacerda; Programa Biodiversidade Brasil-Itália - PBBI, Adriana Clementino; SBPC,  
33Rosane Garcia Collevati; INPI, Carlos Rodriguez; FIOCRUZ, Fernando Porto; CNI,

34Elisa Romano; MDIC, Rodrigo Augusto e Juliana Alarcão de Paula; Centroflora, Vânia  
35Rudge; UNICEUB, Júlio César Itacaramby. CONVOCAÇÃO: Memorando Circular nº  
36006/2006/CGEN/SBF/MMA, de 17 de agosto de 2006; Ofício Circular nº  
37014/2006/CGEN/SBF/MMA, de 17 de agosto de 2006; Ofício Circular nº  
38015/2006/CGEN/SBF/MMA, de 17 de agosto de 2006. PAUTA: I - Abertura da  
39Reunião; (1) Leitura das inscrições para acompanhar a reunião; II - Instalação dos  
40Trabalhos: (2) Leitura e Aprovação da Pauta da 43ª Reunião Ordinária; (3) Aprovação  
41da Ata da 42ª Reunião Ordinária. III - Ordem do Dia - (4) Apresentação e deliberação  
42sobre renovação de autorização especial de acesso para fins de constituição de  
43coleção *ex situ* com fins econômicos. (4.1) Requerente: Extracta - Processo nº  
4402000.001807/2002-65 (processo apreciado na 23ª Reunião CGEN, objeto da  
45Deliberação 62). Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. (5) Apresentação e  
46deliberação sobre solicitações de credenciamento de instituições como fiéis  
47depositárias de amostras de componente do patrimônio genético. (5.1) Requerente:  
48Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para o Herbário COR -  
49Processo nº 02000.002028/2006-19. Relator: Viviane Stern – JBRJ. (5.2) Requerente:  
50Universidade Federal de Pernambuco – UFPE - Processo nº 02000.002029/2006-55.  
51Relator: Angélica Pontes – Ministério da Saúde. (6) Apresentação e deliberação sobre  
52solicitações de Autorização de Acesso a Conhecimentos Tradicionais Associados para  
53fins de pesquisa científica. (6.1) Requerente: Escola Nacional de Botânica Tropical -  
54ENBT/ Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ – Processo nº  
5502000.000471/2006-47. Relator: Maria Celeste Emerick – FIOCRUZ. (6.2)  
56Requerente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP –  
57Faculdade de Ciências Agrônomicas, Campus de Botucatu – Processo nº  
5802000.000367/2005-71. Relator: Lúcia Rapp – INPA. (7) Apresentação e deliberação  
59sobre solicitações de autorização de acesso à componente do patrimônio genético  
60para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. (7.1) Requerente:  
61Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Processo nº 02000.004165/2005-  
6207. Relator: Manoel Soares – IEC. (8) Informe sobre o Grupo de Trabalho (GT) para  
63discussão do Art. 31 da MP 2.186-16/2001. Relator: Coordenador do GT. (9)  
64Apreciação e deliberação sobre propostas de normatização da MP 2.186-16/2001.  
65(9.1) Minuta de Resolução apresentada pelo INPI sobre forma de observância da MP  
662.186-16/01 na concessão de patentes de invenção. Relator: Representante do INPI e

67Coordenador do GT sobre o Art. 31. (10) Apreciação e deliberação sobre minuta de  
68regramento acerca da repartição de benefícios decorrentes do Acesso ao  
69Conhecimento Tradicional Associado para fins de Consulta Pública. Relator:  
70Secretaria-Executiva do CGEN. (11) Apreciação e deliberação sobre proposta de  
71descaracterização de diagnósticos, pesquisas de sistemática e filogenia como acesso  
72a patrimônio genético. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. IV – Assuntos de  
73Ordem Geral: (12) Apresentação sobre o Tratado Internacional sobre Recursos  
74Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura – FAO. (13) Discussão sobre proposta de  
75Política de Desenvolvimento da Biotecnologia elaborada pelo Fórum de  
76Competitividade de Biotecnologia. (14) Informes gerais. (15) Palavra aberta aos  
77Conselheiros. (16) Encerramento. **INFORMES, DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES:** O  
78Sr. Paulo Kageyama, na condição de presidente do Conselho, deu início à reunião,  
79passando a palavra ao Sr. Eduardo Vélez, Secretário-Executivo para que fizesse a  
80leitura dos ouvintes inscritos. O Sr. Presidente colocou,então, a pauta da 43ª Reunião  
81em discussão. Diversos pedidos de inversão de pauta foram feitos, passando a  
82mesma a seguir a seguinte ordem: itens 11, 4, 10, 5, 6, 8, 9 e 7. O Conselheiro Otávio  
83Maia questionou a necessidade de deliberação do item 11, de vez que o mesmo já  
84havia sido aprovado no mérito na reunião anterior, ao que esclareceu o Sr. Secretário-  
85Executivo de que o mérito havia efetivamente sido aprovado, no entanto, havia ainda  
86questionamento do Ministério da Defesa (MD) sobre parte da proposta, o que  
87provocou novo encaminhamento para deliberação pelo Conselho. O Sr. Eduardo Vélez  
88esclareceu que foi combinado na reunião anterior que após os ajustes no texto  
89realizados pela CONJUR/MMA o mesmo seria enviado aos Conselheiros e  
90Convidados para verificação final e voltaria para nova deliberação caso houvesse  
91algum questionamento, o que houve por parte do Ministério da Defesa por não ver  
92contemplado o ponto que apresentou na ocasião em que o tema foi apreciado.  
93Retomando a ordem da pauta, a conselheira Elisa Fraga solicitou incluir na ata as  
94propostas que foram discutidas e deliberadas. Com essa e outras alterações sugeridas  
95pelo plenário aprovou-se a ata da 42ª Reunião. Votaram favoravelmente à esta  
96aprovação, os seguintes Conselheiros: Manoel Soares, Simone Ferreira, Roberto  
97Lorena, Angélica Pontes, Carlos Edson Martins, Patrícia Galdino, Paulo Kageyama,  
98Otávio Maia, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Lúcia Rapp, Ione Egler e Elisa Fraga.  
99Abstiveram-se as Conselheiras Helena Luna e Maria Hercília Paim. Não houve votos

100contrários. Retomou-se, assim, a discussão acerca do **item 11**. Foi apresentado ao  
101Plenário o texto da resolução que descaracteriza determinadas linhas de pesquisa do  
102escopo do acesso ao patrimônio genético para fins de pesquisa científica. O Art.2º da  
103proposta inclui a exceção proposta pelo Ministério da Defesa de exclusão das  
104atividades realizadas na zona econômica exclusiva e plataforma continental, inserida  
105em função de sua preocupação com o aspecto da soberania nacional. Após longa  
106discussão, decidiu-se publicar a resolução sem o artigo 2º proposto sob a condição de  
107que os representantes do Ministério da Defesa, do Ibama e da SBPC reúnam-se para  
108discutir a questão em tela antes da próxima reunião do CGEN, a fim de aprofundar o  
109entendimento da proposta e avaliar a necessidade ou não de inclusão do tema na  
110resolução por meio de uma retificação posterior. O tema deverá ser apreciado na  
111próxima reunião do CGEN. Votaram a favor da redação da proposta apresentada com  
112a exclusão do seu art. 2º, os seguintes Conselheiros: Helena Luna, Manoel Soares,  
113Simone Ferreira, Leontino Taveira, Angélica Pontes, Carlos Edson Martins, Patrícia  
114Galdino, Paulo Kageyama, Otávio Maia, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Lúcia Rapp, Ione  
115Egler, Elisa Fraga e Maria Hercília Paim. Não houve votos contrários ou abstenções. A  
116Conselheira Lúcia Rapp, do INPA, sugeriu que o Conselho deveria debruçar-se sobre  
117a definição de bioprospecção, especialmente com relação à pesquisas químicas  
118moleculares, tal como fez com a questão do acesso. Sua preocupação é que  
119atividades de pesquisa básica possam ser enquadradas como bioprospecção. O Sr.  
120Eduardo Vélez corroborou a preocupação da Conselheira e apoiou sua proposta,  
121sugerindo que o assunto fosse tratado pela Câmara Temática de Procedimentos  
122Administrativos. A Conselheira Lúcia Rapp complementou o encaminhamento  
123sugerindo que se convide para a Câmara as sociedades científicas pesquisadores  
124ligados à essa área. Dando seqüência à pauta, o Sr. Presidente introduziu o **item 4**,  
125referente à renovação da autorização de acesso para fins de constituição *ex situ* da  
126empresa Extracta. A empresa apresentou documentação completa para parte de sua  
127coleção conforme solicitado, o que abrange cerca de 40% do total dos extratos. A  
128Secretaria-Executiva propôs como encaminhamento a aprovação da renovação da  
129autorização especificando que se refere a esta parte da coleção, e com a ressalva de  
130que a empresa deve atualizar as anuências prévias obtidas após a edição da  
131Resolução 12. Votaram favoravelmente a este encaminhamento, os Conselheiros:  
132Helena Luna, Manoel Soares, Simone Ferreira, Leontino Taveira, Angélica Pontes,

133Carlos Edson Martins, Patrícia Galdino, Eduardo Vélez, Otávio Maia, Hilda Fajardo,  
134Lúcia Rapp, Ione Egler e Maria Hercília Paim. Abstiveram-se as Conselheiras Viviane  
135Stern e Elisa Fraga. Não houve votos contrários. O Sr. Eduardo Vélez, na condição de  
136Presidente da Mesa, colocou em discussão o **item 10**, referente a proposta de  
137consulta pública sobre proposta de regramento para a repartição de benefícios  
138decorrente do acesso ao conhecimento tradicional associado. Ao introduzir o tema  
139explicou que sobre a proposta de documento apresentada pela Secretaria-Executiva  
140na reunião anterior foram incorporadas sugestões do MCT e do MAPA o que resultou  
141no documento que foi enviado para este item da pauta. O representante da ABONG,  
142Sr. Henry de Novion, externou preocupação com a divulgação da consulta pública  
143entre as comunidades indígenas, quilombolas e locais, questionando quais meios  
144seriam utilizados para esta divulgação além da divulgação em sítio da internet. O  
145Conselheiro Márcio Mazzaro, do MAPA, questionou a apresentação de texto de  
146resolução anexo à consulta pública, com o entendimento de que não foi isto o que  
147restou na última reunião. Manifestou ainda que o tema poderia ser regulamentado por  
148decreto e não por resolução, já que no caso da resolução em comento a competência  
149do conselho foi questionada legalmente pelas consultorias jurídicas do MAPA e do  
150MCT, em dissenso com a consultoria do MMA, que é objeto de análise da AGU,  
151conforme cópia do encaminhamento já entregue na Secretaria do CGEN. O Sr.  
152Eduardo Vélez lembrou que na reunião passada foi questionada a realização de uma  
153consulta pública com base em perguntas. Daí a elaboração do texto apresentado, que  
154não tem a intenção de induzir a nenhum ato normativo específico do CGEN, de vez  
155que a discussão a esse respeito será dirimida pela Advocacia Geral da União por  
156conta do contraditório entre MMA, MAPA, MCT. A Conselheira Elisa Fraga, do MDIC,  
157apoiou a nova manifestação do Conselheiro Márcio Mazzaro contrária a divulgação do  
158texto-base proposto na forma de uma resolução. Além disso, a Conselheira sugeriu  
159diversas alterações no texto da consulta em si. A Conselheira Ione Egler, do MCT,  
160esclareceu que nos comentários enviado sobre a proposta havia sugerido que o  
161resultado da consulta pública fosse previamente analisado pela Câmara Temática de  
162Procedimentos Administrativos em conjunto com a de Repartição de Benefícios antes  
163de ser apreciado pelo CGEN. O representante do CEBDS, Sr. Joaquim Machado,  
164manifestou preocupações do setor privado acerca da questão e da proposta de texto,  
165em especial no que se refere ao uso do termo “sustentabilidade”. Seguiu-se intensa

166discussão sobre o texto anexo à consulta, em particular sendo questionado que o  
167mesmo ainda tem o formato de uma resolução e que sem uma devida  
168contextualização seria de difícil compreensão para que não participa do dia a dia do  
169CGEN. Além disso, discutiu-se em que instância os ajustes poderiam ser realizados  
170uma vez que não houve acordo para o que o texto da consulta fosse aprovado na  
171reunião. Houve proposta de retorno da questão às Câmaras Temáticas feita por MCT,  
172MAPA, EMBRAPA e MDIC. A Secretaria-Executiva propôs que fosse criado um Grupo  
173de Trabalho por entender que na Câmara Temática o assunto já havia sido esgotado,  
174além de estar tratando de outros temas importantes e que o tema retornasse na  
175próxima reunião do CGEN. O tema foi submetido a votação tendo sido favoráveis ao  
176envio do tema às Câmaras Temáticas de Conhecimento Tradicional e Repartição de  
177Benefícios, os Conselheiros: Helena Luna, Manoel Soares, Simone Ferreira, Márcio  
178Mazzaro, Angélica Pontes, Otávio Maia, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Ione Egler, Elisa  
179Fraga e Maria Hercília Paim. Votaram favoravelmente à proposta de criação de um  
180GT, os Conselheiros: Carlos Edson Martins, Paulo Kageyama, Vivian Fraga e Lúcia  
181Rapp, ficando definido então o envio da questão para as Câmaras Temáticas citadas  
182acima. Quanto ao o prazo para manifestação sobre o assunto ser na próxima reunião  
183do Conselho, votaram favoravelmente os Conselheiros: Helena Luna, Manoel Soares,  
184Simone Ferreira, Angélica Pontes, Carlos Edson Martins, Vivian Fraga, Paulo  
185Kageyama, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Lúcia Rapp, Ione Egler e Márcio Mazzaro.  
186Votou a favor de tempo indeterminado para a discussão apenas a Conselheira Elisa  
187Fraga. Absteve-se de ambas as votações, a Conselheira Maria Hercília Paim, ficando  
188definido o prazo para a 44ª Reunião. O Sr. Paulo Kageyama deu continuidade à pauta,  
189passando a palavra à Conselheira Viviane Stern para relatoria do **item 5.1**, acerca da  
190solicitação de credenciamento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do  
191Sul – UFMS. Não houve questionamento, nem solicitação de esclarecimentos.  
192Votaram favoravelmente ao credenciamento os Conselheiros: Manoel Soares, Simone  
193Ferreira, Leontino Taveira, Angélica Pontes, Carlos Edson Martins, Vivian Fraga,  
194Paulo Kageyama, Otávio Maia, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Lúcia Rapp, Ione Egler,  
195Elisa Fraga e Maria Hercília Paim. Não houve votos contrários ou abstenções.  
196Apreciou-se, em seguida, o **item 5.2**, referente à solicitação da Universidade Federal  
197de Pernambuco, relatada pela Conselheira Angélica Pontes. Não houve  
198questionamento, nem solicitação de esclarecimentos. Votaram favoravelmente à

199aprovação do credenciamento os seguintes Conselheiros: Manoel Soares, Roberto  
200Lorena, Angélica Pontes, Marcos Almeida, Vivian Fraga, Paulo Kageyama, Otávio  
201Maia, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Lúcia Rapp, Ione Egler, José Carlos Cavalcanti e  
202Maria Hercília Paim. Não houve votos contrários ou abstenções. O **item 6**, referente a  
203solicitações de acesso ao CTA para fins de pesquisa científica, trouxe, no **item 6.1**, a  
204solicitação do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, de relatoria da Conselheira  
205Maria Celeste Emerick, da FIOCRUZ, que encaminhou seu relato para a Secretaria-  
206Executiva, sendo realizado pelo Sr. Alessandro Gomes. Houve apontamento de que o  
207cronograma apresentado para início do trabalho era anterior a data da reunião, o que  
208foi esclarecido pela Secretaria-Executiva que poderia ocorrer em função de  
209expectativa da instituição com relação ao prazo de aprovação. Não houve  
210questionamento adicional. Votaram favoravelmente à aprovação, os Conselheiros:  
211Helena Luna, Manoel Soares, Roberto Lorena, Angélica Pontes, Marcos Almeida,  
212Vivian Fraga, Paulo Kageyama, Otávio Maia, Hilda Fajardo, Lúcia Rapp, Ione Egler,  
213José Carlos Cavalcanti e Maria Hercília Paim. Não houve votos contrários ou  
214abstenções. O **item 6.2** tratou de solicitação da Universidade Estadual Paulista, com  
215relatoria da Conselheira Lúcia Rapp. Ao final do relato manifestou preocupação com o  
216detalhamento solicitado em relação ao termo de anuência prévia. A Conselheira  
217Viviane Stern, do JBRJ, manifestou preocupação com as exigências da legislação e o  
218tempo para emissão das autorizações face ao tempo exíguo para a realização das  
219teses de mestrado. Destacou que em conversa com a Secretaria-Executiva sugeriu a  
220disponibilização de exemplos de termos de anuência prévia, bem como orientações  
221sobre as informações do cronograma. A Sra. Cristina Azevedo, Coordenadora  
222Técnica do DPG, esclareceu que o trabalho da equipe técnica se baseia estritamente  
223nas exigências de resoluções do Conselho, cabendo ao próprio CGEN alterá-las caso  
224considere necessário. A representante da SBPC, Sra. Rosane Collevatti, corroborou a  
225opinião da Conselheira do Jardim Botânico. Após discussão acerca da autorização  
226para uma atividade já iniciada e sobre a validade dos documentos de anuência prévia  
227apresentados por conta das assinaturas, os Conselheiros aprovaram a solicitação com  
228os votos favoráveis dos seguintes: Helena Luna, Manoel, Angélica Pontes, Vivian  
229Fraga, Paulo Kageyama, Otávio Maia, Bernardo Velloso, Viviane Stern, Hilda Fajardo,  
230Lúcia Rapp, Ione Egler, Elisa Fraga e Maria Hercília Paim. Abstiveram-se os  
231Conselheiros Roberto Lorena e Marcos Almeida. Após o intervalo para o almoço, o Sr.

232Eduardo Vélez, na condição de Presidente da Mesa, retomou a pauta a partir do **item**  
233**8**, com relato do próprio Presidente acerca do Grupo de Trabalho para a discussão  
234das formas de observância da Medida Provisória para fins de concessão de direitos de  
235propriedade industrial, nos termos do Art. 31 da MP. No relato foram especificados o  
236cronograma dos trabalhos, o processo de definição da coordenação e quais as  
237instituições que integram o GT. Na seqüência, discutiu-se o **item 9.1**, sobre a minuta  
238de resolução apresentada pelo INPI para fins de observância da MP 2.186-16 na  
239concessão de patentes de invenção. A Conselheira do INPI, Sra. Maria Alice  
240Rodrigues, manifestou que em função de que na primeira reunião do Grupo de  
241Trabalho foram levantados aspectos relacionados às autorizações de acesso, além de  
242outros ajustes que o próprio INPI entende necessários, considerava mais adequado  
243não deliberar naquele momento sobre o tema e aguardar as discussões do Grupo de  
244Trabalho. Ficou estabelecido que nas próximas duas reuniões do Grupo de Trabalho a  
245proposta seria ajustada antes de retornar à reunião do CGEN. Passou-se à apreciação  
246do **item 7**, referente a solicitação de acesso ao patrimônio genético para fins de  
247bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, cuja requerente é a Universidade  
248Federal do Rio de Janeiro. A relatoria coube ao Conselheiro Manoel Soares, do IEC,  
249que recomendou a aprovação da autorização. A Conselheira Elisa Fraga comentou o  
250fato dos pareceristas terem tratado da anuência prévia de modo distinto, um como  
251equivalente à autorização de pesquisa do IBAMA e outro como item dispensado,  
252questionando se a mesma deve atender aos requisitos da Resolução 12, os quais não  
253estão presentes na autorização do IBAMA considerada como anuência prévia. Seguiu-  
254se um debate sobre a necessidade de ajustar a Resolução 12 a fim de deixar claro  
255qual a sua aplicação no que diz respeito às áreas protegidas, bem como sobre a quem  
256caberia e se seria ou não apropriado avançar em uma regulamentação específica para  
257as anuências prévias nestes casos. A solução de consenso foi a de que o texto da  
258Resolução 12 seja modificado a fim de esclarecer sem margem de dúvida que sua  
259aplicação se limita à áreas protegidas que contemplam a presença de comunidades  
260tradicionais e que seja apreciado na próxima reunião do CGEN. A seguir tratou-se da  
261análise do Contrato de Repartição de Benefícios. O Sr. Eduardo Vélez explicou que o  
262contrato, do qual a União é parte, era idêntico ao previamente anuído pelo CGEN, e  
263que os próximos contratos já contarão com aperfeiçoamentos sugeridos pelo próprio  
264CGEN. Complementou esclarecendo que não houve tempo hábil para que estes



265aperfeiçoamentos fossem incorporados ao contrato em questão pois o contrato havia  
266sido apresentado assinado pela UFRJ e não se justificaria que o processo  
267retrocedesse por conta disto. A Conselheira Elisa Fraga fez vários comentários  
268destacando que não comprometeriam a anuência. O Sr. Eduardo Vélez ponderou que  
269já que os comentários não comprometem a anuência a este contrato, que fossem  
270considerados para aperfeiçoamento dos contratos futuros com a União. Também  
271fizeram contribuições na mesma linha os Conselheiros Leontino Taveira e Maria Alice  
272Rodrigues. A Conselheira Ione Egler questionou a discussão de questões de mérito do  
273contrato, lembrando que o processo de anuência deve ser pautado pelo atendimento  
274ou não dos requisitos previstos. Questões adicionais deveriam ser tratadas em outro  
275momento. A seguir foi colocada em votação a anuência ao contrato da UFRJ, tendo  
276votado favoravelmente os seguintes Conselheiros: Manuel, Leontino Taveira, Angélica  
277Pontes, Vivian Fraga, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Lúcia Rapp, Ione Egler, Elisa Fraga  
278e Maria Hercília Paim. Absteve-se a Conselheira Simone Ferreira. Não houve votos  
279contrários. Na seqüência foi votada a autorização de acesso para bioprospecção da  
280Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foram favoráveis os Conselheiros: Manoel  
281Soares, Leontino Taveira, Vivian Fraga, Viviane Stern, Hilda Fajardo, Lúcia Rapp, Ione  
282Egler, Elisa Fraga e Maria Hercília Paim. Absteve-se a Conselheira Simone Ferreira.  
283Não houve votos contrários. Dessa maneira, encerraram-se os pontos da ordem do  
284dia, passando-se aos assuntos de ordem geral, a começar pelo **item 12**, referente à  
285apresentação sobre o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para  
286Alimentação e Agricultura da FAO. Após longa discussão sobre a pertinência de ser a  
287apresentação realizada sem a presença dos Conselheiros do MRE e de outros  
288representantes do MMA que pretendiam dar sua contribuição à discussão, o Plenário  
289decidiu-se por assistir à apresentação e o Conselheiro Roberto Lorena, do MAPA,  
290procedeu à mesma. A seguir tratou-se do **item 13**, acerca da proposta de Política de  
291Desenvolvimento da Biotecnologia elaborada pelo Fórum de Competitividade de  
292Biotecnologia. O Sr. Henry de Novion, da ABONG, questionou se haveria alguma  
293apresentação formal do documento no CGEN, ao que a Conselheira Elisa Fraga se  
294disponibilizou a trazer representante do MDIC, para tal. O Sr. Henry de Novion  
295solicitou que este convite fosse feito pela Secretaria-Executiva do Conselho,  
296solicitação acatada pela Mesa. Passou-se aos informes gerais. O Sr. Eduardo Vélez  
297informou ao Plenário que o volume de contratos e autorizações para bioprospecção

298vem aumentando e que é certo que as próximas reuniões do Conselho receberão mais  
299processos desse tipo para análise. Abriu-se a palavra aos Conselheiros, fazendo uso o  
300Conselheiro Roberto Lorena, lembrando a solicitação da Conselheira da Embrapa na  
301última reunião de que seguisse para a Câmara Temática de Procedimentos  
302Administrativos um estudo sobre o conteúdo dos relatórios anuais, sugerindo que  
303fosse tratado paralelamente pela mesma Câmara a análise do conteúdo das  
304autorizações e do texto da deliberação que é publicada, no intuito de aperfeiçoar estes  
305mecanismos, encaminhamento acatado pela Mesa. O Sr. Henry de Novion requisitou  
306informações sobre o Anteprojeto de Lei de Acesso, ao que lhe foi informado que  
307permanece em discussão no âmbito da Casa Civil ainda na busca de um consenso,  
308mas que a Casa Civil está procurando identificar quais os aspectos que não tem  
309consenso para fins de decisão superior. O Conselheiro Roberto Lorena informou que o  
310MAPA apresentou proposta que se encontra sob análise jurídica na Casa Civil. Sem  
311mais, o Sr. Eduardo Vélez, na condição de Presidente, agradeceu a presença de todos  
312e deu por encerrados os trabalhos. Eu, Fernanda Altoé Daltro, por solicitação do  
313Presidente da Mesa, lavrei a presente ata.

314

315

316

Brasília, 31 de agosto de 2006.

317

318

319

320 Paulo Yoshio Kageyama

Eduardo Vélez

321 Presidente

Secretário-Executivo